

A educação política transforma o eleitor em um cidadão consciente, que sabe o papel dos cargos representativos, que sabe votar em programas de governo e mais que tudo, que sabe que não deve acreditar em promessas, mas exigir competência e eficiência na administração e fiscalização do dinheiro público”, continuou.

Professor de História, Nicolas Assaf acredita que atualmente o educador se depara com uma série de burocracias quando o tema é cidadania. A problemática inclui o receio decorrente da interpretação de pais e de algumas redes de ensino que optam por não estimular o debate em sala de aula.

“O que eu sinto é um ambiente de vigilância, que não acolhe muito bem propostas que sejam de cunho de conversar sobre cidadania, sobre política, de conversar sobre valores da sociedade como um todo. Apesar de ser possível trabalhar isso, existe uma resistência muito grande”, afirma.

O professor aponta que uma das formas de se conseguir construir uma discussão ampla nas escolas parte do contratante, público ou privado, investir na formação para professores.

“São as redes que deveriam estimular ou providenciar. Tudo o que professor fala precisa estar bem fundamentado”, disse.

Ele acrescenta que embora o assunto não costume ser leve, integra o papel do professor. “É preciso ter disposição para ser olhado torto. Não é uma coisa cômoda falar desses temas na sala de aula, mas enquanto professor temos que estar dispostos”.

#### **REFORÇO.**

Em ano eleitoral, é comum nas ruas a difusão de propostas de

candidatos a vereança que escapam do Poder Legislativo e de postulantes ao cargo de prefeito que também acabam invadindo competências ao apresentarem planos de governo.

Para reforçar o conhecimento dos cidadãos e possibilitar a identificação de equívocos diante das eleições deste ano, **OVALE** lançou nas redes sociais o ‘De olho no voto’, quadro que ainda aborda os perigos das fake news e das armadilhas eleitorais.

Entre as principais atribuições, o quadro reforça que é do papel do prefeito a administração, serviços de saúde, transporte, limpeza, iluminação, educação infantil e o ensino fundamental, além da formação de uma guarda municipal. Por outro lado, vereadores devem fiscalizar, propor leis e não podem prometer, por exemplo, projetos que incluem custos, como a construção de escolas e hospitais.

